**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO
PREPARATÓRIO ELEITORAL Nº 002/2020**

<i>Ementa:</i>	<i>Procedimento</i>
<i>Preparatório Eleitoral (PPE).</i>	
<i>Possível abuso de poder político e econômico.</i>	<i>Colheita de</i>
<i>informações e documentos visando a formação de opinião.</i>	

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela Promotora Eleitoral subscritora do presente, no uso das atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas, consoante artigos 72, 76 e 78, da Lei Complementar nº 75/93,

CONSIDERANDO a interpretação dispensada pelo egrégio Tribunal Superior Eleitoral ao artigo 105-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

CONSIDERANDO que a apuração das infrações eleitorais de natureza não criminal exige o estabelecimento de requisitos procedimentais mínimos, de modo a assegurar o respeito aos direitos individuais e o desenvolvimento do controle interno;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa

do regime democrático, nos termos do art. 127, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a atuação do Ministério Público, na proteção da ordem jurídica eleitoral, é exercida por membros do Ministério Público Federal e dos Estados;

CONSIDERANDO que o art. 78 da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que as funções eleitorais, perante os Juízes e Juntas Eleitorais, são exercidas pelos Promotores Eleitorais;

CONSIDERANDO a notícia enviada por meio do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e reenviada pelo Juízo da 70ª Zona Eleitoral, a qual informa possível abuso de poder político e econômico consistente em emprego de servidores públicos da COMDEP para propaganda eleitoral de aliados e eventual captação ilícita de sufrágio.

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Eleitoral, como Instituição fiscalizadora do efetivo cumprimento da lei eleitoral, do que depende a manutenção do regime democrático;

RESOLVE, na forma do art. 1º da Resolução GPGJ nº 2.331, de 5 de março de 2020, instaurar o presente **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL**, com a finalidade de reunir informações sobre os fatos noticiados.

Autuada, registrada e publicada a presente portaria, proceda a Secretaria ao cumprimento das seguintes diligências:

1. **Registre-se**, regularizando-se junto ao MGP, arquivando-se cópia desta portaria em pasta própria e digital;
2. Encaminhe-se cópia do presente ao Juízo da 70ª Zona Eleitoral;
3. Oficie-se ao GAP/NIG solicitando diligências acerca da notícia encaminhada, sobretudo no que se refere à identificação de servidores da COMDEP em publicações em redes sociais privadas em apoio ao candidato Juninho Dolavale, à execução de tarefas durante o expediente, ou mesmo após o horário ordinário de trabalho, porém com a percepção de horas extras em campanha eleitoral, em favor de Juninho Dolavale e eventual prática de captação ilícita de sufrágio no escritório do candidato por Eric e Fabiano (os quais devem ser devidamente qualificados);
4. Oficie-se à COMDEP requisitando-se informações sobre a notícia de fato e a qualificação completa com números de telefones e endereços de todos os servidores com os prenomes ERIC e FABIANO, assim como cópias dos respectivos 06 (seis) últimos contracheques. Prazo: 10 (dez) dias;
5. **Encaminhe-se** cópia digitalizada da presente para o *e-mail* do CAO Eleitoral (cao.eleitoral@mprj.mp.br), para ciência e registro;
6. **Designo** a servidora Giseli Lima Rodrigues do Amaral, matrícula nº 2593, lotada na Secretaria da Promotoria de

Justiça respectiva, em atuação desta Promotora Eleitoral, para secretariar o presente procedimento.

Paracambi, 27 de outubro de 2020.

GEISA LANNES
Promotora Eleitoral
Mat. 3271